

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

GUSTAVO RODRIGUES BOSCATO DE ALMEIDA

**A ATIPICIDADE DO USO DE ARMA DE FOGO INEFICAZ E OS
TIPOS PENAIIS INCRIMINADORES PREVISTOS NO ESTATUTO DO
DESARMAMENTO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

GUSTAVO RODRIGUES BOSCATO DE ALMEIDA

**A ATIPICIDADE DO USO DE ARMA DE FOGO INEFICAZ E OS
TIPOS PENAIIS INCRIMINADORES PREVISTOS NO ESTATUTO DO
DESARMAMENTO**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Especialista Antônio Paulo dos Santos Filho.

CACOAL - RO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

A447a Almeida, Gustavo.

A atipicidade do uso de arma de fogo ineficaz e os tipos penais previstos no Estatuto do Desarmamento. / Gustavo Almeida. -- Cacoal, RO, 2017.

50 f.

Orientador(a): Prof. Esp. Antônio Paulo dos Santos Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Estatuto do Desarmamento. 2. Perigo Abstrato - Normas. 3. Ineficácia do objeto.. 4. Atipicidade. I. Santos Filho, Antônio Paulo dos . II. Título.

CDU 341.67

**A ATIPICIDADE DO USO DE ARMA DE FOGO INEFICAZ E OS
TIPOS PENAS INCRIMINADORES PREVISTOS NO ESTATUTO DO
DESARMAMENTO**

GUSTAVO RODRIGUES BOSCATO DE ALMEIDA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Especialista Antônio Paulo dos Santos Filho- UNIR - Presidente

Professora - M.^a Sônia Mara Nita - UNIR - Membro

Professor -M.e Silvério dos Santos Oliveira UNIR - Membro

Conceito: _____.

Cacoal, 19 de julho de 2017.

Dedico este trabalho ao meu pai, Jessé, que não mediu esforços em contribuir para que esse sonho se transformasse em realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Jessé, por me auxiliar emocional e financeiramente durante a minha vida e principalmente durante a minha jornada acadêmica, sendo fundamental e indispensável para a concretização desta etapa. Obrigado pelos sábios conselhos a mim direcionados nas mais variadas situações e por respeitar e entender a minha ausência e as minhas particularidades. Para mim, você é um exemplo a ser seguido e eu sou muito grato por ser seu filho.

À minha mãe Luzenita, pelo auxílio prestado durante a minha vida e durante a minha jornada acadêmica, assim como por ter colaborado com o meu crescimento pessoal durante o curso. Agradeço por ter me ensinado a importância do perdão e do recomeço.

Ao meu orientador, professor especialista Antônio Paulo dos Santos Filho, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos.

À professora M.^a Sônia Mara Nita, pela ajuda na elaboração desta monografia.

Ao meu tio e amigo, Vanderlei Kloos pela ajuda oferecida, tanto na elaboração deste trabalho, quanto no meu crescimento profissional.

À minha namorada Tássia, por toda paciência em respeitar as minhas particularidades, pelas palavras de incentivo que não me permitiram fraquejar durante a jornada acadêmica, pelo acolimento oferecido durante os momentos mais críticos e por me mostrar as infinitas possibilidades de crescimento as quais podemos nos propor, sendo minha maior companhia nesta busca constante de crescimento pessoal.

Ao meu amigo Matheus, que sempre esteve disposto a me ajudar. Agradeço pelos momentos nos quais apenas ouviu as minhas lamentações, momentos em que sabiamente me aconselhou e por ter sempre me acompanhado nas mais diversas situações. Agradeço ainda, por nunca ter deixado a nossa amizade ser colocada à prova e, principalmente, por ser um dos maiores exemplos que tenho de resiliência.

Aos meus amigos Heverton e Raieli por serem grandes exemplos pessoais e profissionais para mim. Por toda a amizade prestada durante o curso, pelas gargalhadas proporcionadas, pelo companheirismo oferecido e por sempre terem me deixado à vontade na casa e na companhia de vocês.

Aos meus amigos, Marco e Samuel, pelo companheirismo oferecido durante o curso, me ajudando nos momentos necessários, entendendo e respeitando a minha ausência em várias situações e ainda sim mantendo e fortalecendo ainda mais a amizade principalmente nesta fase final.

Por fim, e não por serem menos importantes, agradeço aos meus amigos que a vida acadêmica me proporcionou, Natália, Valkíria, Camila, Érika, Valesca, Carlos Alexandre, Walter, Evandro, Thays, Filipe e João pelo companheirismo durante o curso, proporcionando mais leveza durante esta etapa.

RESUMO

O trabalho em questão, busca aferir o cabimento da tipificação dos crimes que envolvem porte e posse de arma de fogo, quando comprovada a sua ineficácia. Apresenta uma análise que envolve o conceito de crime aceito no Direito Penal Brasileiro, com as suas subdivisões e elementos que envolvem o tipo penal e aferem aplicabilidade à norma Penal; o Estatuto do Desarmamento, o bem jurídico tutelado neste Diploma legal, qual seja, a incolumidade pública e a relevância jurídica da conduta, quando o objeto é ineficaz. Sabe-se que as normas presentes no referido estatuto são de perigo abstrato, não dependentes de resultado naturalístico. Concluindo pela atipicidade da conduta, pautando-se na ausência de tipicidade, ausência de resultado e crime impossível. Para a sua realização utilizou-se o método dogmático e o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Estatuto do Desarmamento. Normas de Perigo Abstrato. Ineficácia do objeto. Atipicidade.

ABSTRACT

The work in question seeks to verify the appropriateness of the typification of the crimes involving the possession of firearms when proven and their inefficacy. It presents an analysis that involves the concept of a crime accepted not Patriotic Criminal Law with its subdivisions and elements that involve the criminal type and verify applicability to the Penal norm; The Disarmament Statute, the legal asset protected in this Law, which is a public responsibility and a legal relevance of the conduct, when the object is ineffective. It is known that as present norms are not statutes are of abstract danger, thus independent of naturalistic result. Concluding by the atypical conduct, based on the absence of typicity, absence of result and impossible crime For its realization, use the dogmatic method and the technical procedure applied in the bibliographical research.

Keywords: Disarmament Statute. Laws of Abstract Danger. Ineffectiveness of the object. Atypical.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME E SEUS SUBSTRATOS	12
1.1 O PRINCÍPIO DA LESIVIDADE	18
1.2 DELITOS DE MERA CONDUTA	19
1.3 NORMAS DE PERIGO ABSTRATO	20
2 ESTATUTO DO DESARMAMENTO	23
2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO	23
2.2 INCOLUMIDADE PÚBLICA	27
2.3 TIPOS INCRIMINADORES QUE ENVOLVEM POSSE E PORTE DE ARMA DE FOGO	29
2.3.1 Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	30
2.3.2 Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	30
2.3.3 Posse ou Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	31
3 A ATIPICIDADE DO PORTE DE ARMA INIDÔNEA	33
3.1 DA AUSÊNCIA DE RESULTADO	33
3.2 DA AUSÊNCIA DE TIPICIDADE	34
3.3 DO CRIME IMPOSSÍVEL	36
4 EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL REFERENTE ÀS NORMAS DE PERIGO ABSTRATO NO QUE TANGE AOS DELITOS PREVISTOS NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
OBRAS CONSULTADAS	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo aferir a atipicidade do porte ou da posse de arma de fogo, quando há no feito laudo pericial atestando, comprovadamente, a sua ineficácia, bem como ausência de potencial lesivo.

A Lei n. 10.826 de 2003, também conhecida como Estatuto do Desarmamento, se apresentou como uma evolução para o instituto penal que visava criminalizar o uso da arma de fogo de forma irregular. Esta, ao contrário da lei anterior que tipificava o ato (Lei n. 9.437 de 1997), apresentou mais tipos penais, variação nas penas e, consequentemente, expandiu a proteção jurídica sobre atos que envolvem o uso de arma de fogo.

Os artigos 12, 14 e 16 da referida norma, tipificam um grande número de atos comissivos que possam envolver a utilização indevida de arma de fogo, pelo simples descumprimento de norma de perigo abstrato.

Com isso, fica claro que, embora exista uma grande proteção do ordenamento, pelo potencial lesivo que este objeto pode causar a todo um corpo social, é importante apontar os limites desta vedação para que não ocorram injustiças na aplicação prática da norma penal incriminadora, e, via de consequência, a penalização exclusivamente dos atos que efetivamente atinjam os bens jurídicos tutelados neste diploma legal.

Com esse objetivo, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que uma vez demonstrada a total ineficácia da arma de fogo e munições por laudo pericial, cabe reconhecer a atipicidade da conduta do acusado que detinha posse sobre o referido artefato, mesmo que o objeto esteja em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Esta decisão pode ocasionar um conflito interpretativo com a decisão proferida pelo mesmo órgão julgador no HC 96.922 realizado em 17 de março de 2009, no qual se aponta a desnecessidade de comprovação do potencial lesivo ou da presença de munição para a configuração do crime de porte de arma de fogo.

Destarte, nota-se a necessidade de uma análise mais profunda sobre o tema, em especial, acerca dos elementos que aferem ou não tipicidade à conduta.

Por conseguinte, busca-se explorar elementos na teoria analítica que conceitua o crime, na Lei que tipifica as condutas e nos demais institutos do direito penal que podem aferir fundamentação jurídica que demonstre ser o fato relevante no âmbito criminal, a ponto de ensejar decreto condenatório, concluindo, então, acerca da punibilidade ou não deste ato.

1 O CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME E SEUS SUBSTRATOS

A concepção de crime passa por uma evolução gradativa, abarcando tentativas legislativas de definição, sem muita preocupação científica. Coube à doutrina, de forma mais técnica, apresentar uma conceituação das condutas ilícitas relevantes para o Direito Penal.

A Lei do Império de 16 de dezembro de 1830, conhecida como Código Criminal do Império, em seu artigo 2º, trazia:

Art. 2º Julgar-se-ha crime, ou delicto: 1º Toda a acção, ou omissão voluntaria contraria ás Leis penaes. 2º A tentativa do crime, quando fôr manifestada por actos exteriores, e principio de execução, que não teve effeito por circumstancias independentes da vontade do delinquente. (sic) (BRASIL, 1830, s.p.).

Posteriormente, o Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, popularmente conhecido como o primeiro Código Penal Republicano, apresentou um conceito com menor amplitude, porém, em sua essência, bastante semelhante. Preceituava em seu artigo 2º: “A violação da lei penal consiste em acção ou omissão; constitue crime ou contravenção” (sic).

Por fim, o Decreto-Lei nº 3.941 de 1941, também conhecido como Lei de Introdução do Código Penal e da Lei das Contravenções Penais, trouxe o conceito legal até então vigente no ordenamento brasileiro, qual seja:

Art. 1º: Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente (BRASIL, 1941, s.p.).

Durante esta discreta evolução entre as definições legais, a doutrina, gradativamente apresentou alguns conceitos, tendo como os mais relevantes para o presente estudo: o formal, o material e o analítico.

Os conceitos formal e material se contrapõem no cenário doutrinário. Nas Palavras de Bitencourt (2009, p. 218):

A antijuridicidade, igualmente que representava a simples *contradição formal* a uma norma jurídica, passou a ser concebida sob um *aspecto material*, exigindo-se uma determinada danosidade social. Esse novo entendimento permitiu *graduar o injusto*, de acordo com a gravidade da lesão produzida. Dessa forma, onde não houver lesão de interesse algum, o fato não poderá ser qualificado de antijurídico (grifo do autor).

Em contrapartida, o jurista Greco (2012, p. 140) aponta que tanto o conceito formal quanto o material são insuficientes para delimitar e, conseqüentemente, definir o que seja crime, pois, se há parecer estatal legal do que é delito, e tal preceito é violado pelo agente, não havendo excludente de ilicitude ou elemento que afaste a culpabilidade, o crime está constituído. Entretanto, no conceito material verifica-se o princípio da “intervenção mínima”, o qual prevê que só é passível de punibilidade aquela conduta que atentar contra os bens jurídicos essencialmente relevantes.

Verifica-se, portanto, que tais conceituações se mostraram insuficientes e anêmicas para definir o delito, evidenciando a necessidade de uma definição analítica de crime (BITENCOURT, 2009, p. 220). Deste modo, a partir das premissas apresentadas pelos conceitos formal e material, abre-se espaço para uma nova conceituação doutrinária denominada analítica, visando analisar características que compõem a conduta reprovável e, somadas, apresentam o que pode ser definido como infração penal.

O jurista Toledo (1994, p. 80) detalha o conceito analítico:

Da exposição feita sobre o bem jurídico protegido e das conclusões a que então se chegou, extrai-se, sem muito esforço que substancialmente, o crime é um fato humano que lesa ou expõe a perigo bens jurídicos (jurídico-penalmente) protegidos. Essa definição, é porém, insuficiente para a dogmática penal, que necessita de outra mais analítica, apta a pôr à mostra os aspectos essenciais ou os elementos estruturais do conceito de crime. E dentre as várias definições analíticas que têm sido propostas por importantes penalistas, parece-nos mais aceitável a que considera as três notas fundamentais do fato-crime, a saber: ação típica (tipicidade), ilícita ou antijurídica (ilicitude) e culpável (culpabilidade). O crime, nessa concepção que adotamos, é pois, ação típica, ilícita e culpável.

Na mesma vertente, Mirabete (2014, p. 81) aponta para a evolução do conceito formal de crime a partir da referência dos aspectos que abarcam a teoria analítica, passando-se a conceituar o crime como “ação típica, antijurídica e culpável”; esta classificação mostrou-se muito bem aceita tanto pelos doutrinadores adeptos da teoria causalista, como pelos adeptos da teoria finalista da ação. Assim, partindo de uma ideia que delito é uma conduta humana voluntária, conseqüentemente se entende que possua essencialmente uma finalidade.

Logo, o conceito analítico de crime se pacificou no entendimento doutrinário, sendo na sua formação composta pelos seguintes elementos: fato típico, antijurídico/ilícito e culpável. No entendimento de Greco (2012, p. 142) o objetivo da teoria analítica é individualizar uma análise de todos os elementos que compõem o conceito do ilícito penal, embora não considere fragmentá-lo, por ser, nas palavras do autor, “unitário e indivisível”, ou seja, um todo. Assim

sendo, ou se comete um crime com todos os seus elementos, a saber, fato típico, ilícito e culpável, ou o fato deve ser considerado indiferente para a reprimenda penal.

Consequentemente, nos ensinamentos de Toledo (1994), pode-se concluir, de plano, que o fato, para ser considerado crime, pauta-se em um comportamento humano, baseado tanto em ação, quanto em omissão. Entretanto, para que esse comportamento seja valorado como crime, há de ser submetido a uma tríplice ordem de valoração, qual seja: tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

Conforme se avança no estudo da teoria supra, para a definição criminológica, mostra-se fundamental uma subdivisão nos elementos apresentados, visando um melhor entendimento dogmático, e um melhor aprofundamento na matéria. Por conseguinte, o fato típico fragmenta-se em conduta, resultado, nexos de causalidade e tipicidade penal (GRECO, 2012; MIRABETE, 2014; CUNHA, 2015).

Como ponto fulcral do presente estudo, busca-se evidenciar os elementos conduta e resultado. Há na doutrina várias teorias que buscam definir a conduta. A grande maioria da doutrina entende que o Código Penal Pátrio adotou a teoria Finalista, tendo como um dos fundamentos do presente entendimento, o artigo 20 do referido diploma legal, o qual aponta que, em decorrência do erro de tipo, exclui-se o dolo e, consequentemente, o fato típico. Não obstante, a doutrina moderna vem trabalhando diretamente com preceitos da teoria Funcionalista de Roxin, mesmo que negando alguns de seus apontamentos como, por exemplo, a exclusão do elemento culpabilidade com a sua substituição pela responsabilidade como substrato do crime (CUNHA, 2015).

De antemão, cumpre-se destacar a teoria Finalista, nas palavras de Toledo (1994, p. 95):

A doutrina finalista que revolucionou o direito penal moderno, foi proposta, pela primeira vez por Hans Welzel, em trabalho publicado nos idos de 1931, sob o título *Kausalität und Handlung* (causalidade e ação). [...] Parte a doutrina em exame de um conceito ontológico de ação humana. E assim, procede por considerar, sem rodeios que o ordenamento jurídico também tem os seus limites: pode ele selecionar e determinar quais os dados da realidade que quer valorar e vincular a certos efeitos (efeitos jurídicos), mas não deve pretender ir além disso, porque não pode modificar os dados da própria realidade, quando valorados e incluídos nos tipos delitivos. Isso significa que a ciência penal embora tenha sempre como ponto de partida o tipo delitivo (*tatbestand*), necessita transcendê-lo para descer a esfera ontológica e, com isso conseguir corretamente compreender o conteúdo dos conceitos e igualmente das valorações jurídicas. Ora, o resultado dessa descida, uma vez empreendida é a revelação da estrutura “finalista” da ação humana, que não pode ser negada nem modificada pelo direito, ou pelo legislador. E, para demonstrar, nessa linha de pensamento, que o direito penal está definitivamente vinculado a estrutura finalista da ação, argumenta Welzel com estes exemplos: “ . . .O direito não pode ordenar as mulheres que apressem a gravidez e que em seis meses deem a luz crianças capazes

de sobreviver, como também não pode proibi-las de terem abortos. Mas pode o direito ordenar-lhes que se comportem de modo a não facilitar a ocorrência de abortos, assim como proibi-las de provocarem abortos [...].

Com um viés pragmático, Cunha (2015) aponta a teoria Finalista como “comportamento humano voluntário dirigido a um fim. A finalidade aparece como elemento psíquico fundamental para a formação da conduta, baseando-se na máxima que toda conduta é direcionada por um querer”. No que se refere à estrutura do delito, esta teoria modificou os elementos dolo e culpa, que antes eram estudados na culpabilidade, transferindo-os para o fato típico, o que rendeu muitas críticas sob a alegação de que com essa mudança dissiparia o fundamento culpabilidade. Por conseguinte, o tipo penal passa a ter duas dimensões: a objetiva, que se baseia em conduta, resultado, nexo e tipicidade; e a subjetiva, que se pauta unicamente em dolo e culpa.

Já a teoria Funcionalista Moderada ou Teleológica, anteriormente citada por ser adotada pela teoria moderna, lançou-se no cenário penal mundial por meio de Claus Roxin, em meados de 1970. Dogmaticamente difere da funcionalista, conforme aponta Greco (2000, p. 8):

[...] o finalista pensa que a realidade é unívoca (primeiro engano), e que basta conhecê-la para resolver os problemas jurídicos (segundo engano - falácia naturalista); o funcionalista admite serem várias as interpretações possíveis da realidade, do modo que o problema jurídico só pode ser resolvido através de considerações axiológicas – isto é, que digam respeito à eficácia e à legitimidade da atuação do direito penal.

À vista disso, a teoria Funcionalista Moderada, inicialmente, busca superar as concepções unicamente ontológicas do finalismo limitando o raio de incidência da tipicidade formal, apontando a intervenção mínima de modo a entender como típicos apenas os fatos materialmente relevantes. Consequentemente, esta teoria define a conduta como “comportamento humano voluntário, causador de relevante e intolerável lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal”. No que se refere à estrutura do delito, Roxin trouxe uma mudança substancial, considerando ser o crime formado por: fato típico, antijuridicidade e responsabilidade. Percebe-se que o elemento culpabilidade é expurgado da teoria tripartite, e passa a ser apontado como mero limite funcional da pena. A responsabilidade, por sua vez, acrescida à referida teoria seria integrada por 04 (quatro) elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude, exigibilidade de conduta diversa e necessidade da pena. A teoria não é muito bem aceita na teoria moderna, tendo como crítica fulcral a inserção do elemento responsabilidade (CUNHA, 2015).

Independente da teoria adotada para a sua conceituação, a ausência do elemento conduta ocorre quando o agente não atua dolosa ou culposamente, isto é, nos casos que o agente se vê impedido de atuar, como nas hipóteses de: força irresistível, movimentos reflexos e estado de inconsciência. No mesmo posicionamento, Cunha (2015) aponta como causas de exclusão da conduta: o caso fortuito ou de força maior; a involuntariedade, na qual se inserem o estado de inconsciência completa e os movimentos reflexos; e a coação física irresistível.

Bitencourt (2009) aponta como fundamental o início da execução do que se pretende realizar. Do entendimento de conduta, devem-se desconsiderar movimentos corporais que não tenham relevância para o Direito Penal, ou seja, quando o movimento corporal carecer de consciência e vontade, não há como se configurar a ação. Destarte, aponta os três grupos em que ocorre a ausência da conduta: coação física irresistível, na qual se pune a figura do autor mediato; movimentos reflexos, pois são vistos como estímulos difusos dirigidos diretamente ao sistema nervoso e independem da faculdade psíquica que conduz o agir voluntário; e, por fim, estados de inconsciência, que pode ser acusado quando as funções mentais não funcionam adequadamente, como o sonambulismo, a hipnose e a embriaguez letárgica, a título de exemplo.

Findo os esclarecimentos acerca da conduta, mostra-se necessário o estudo do resultado, como elemento formador do fato típico e ponto de suma importância para o presente estudo. Nas palavras de Mirabete (2014, p. 94):

[...]. Segundo um conceito *naturalístico* é ele a modificação no mundo exterior provocado pelo comportamento humano voluntário. “É o efeito natural da ação que configura a conduta típica, ou seja, o fato tipicamente relevante produzido no mundo exterior pelo movimento corpóreo do agente a ele ligado por relação de causalidade”. [...] A lei prevê, porém, crimes em que não existe tal modificação no mundo exterior [...]. Entretanto, ao mesmo tempo afirma-se no art. 13 que a existência do crime depende do resultado. Dessa forma, deve-se buscar um conceito jurídico ou normativo de resultado, evitando-se a incompatibilidade absoluta entre os dispositivos que descrevem comportamentos que não provocam a modificação no mundo exterior e o disposto no art. 13. Assim, resultado deve ser entendido como lesão ou perigo de lesão de um interesse protegido pela norma penal. Como todos os crimes ocasionam lesão ou, ao menos, perigo ao bem jurídico tutelado, harmonizam-se os dispositivos legais. (Grifo do autor)

Logo, é de se ressaltar que, independentemente de resultado naturalístico, ou seja, aquele que provoca mudança física no mundo exterior e que não é regra entre os crimes; todos os delitos, sem exceção, possuem resultado jurídico, que pode variar entre lesão ou até perigo de lesão a um bem jurídico tutelado, o qual é designado por Cunha (2015) de normativo e indispensável a qualquer delito.

Gomes (2002 *apud* GRECO 2012, p. 214-215) aponta a importância do resultado na configuração do delito:

Não existe crime sem resultado, diz o artigo 13. A existência do crime depende de um resultado. Leia-se: todos os crimes exigem um resultado. Se é assim, pergunta-se: qual resultado é sempre exigido para a configuração do crime? Lógico que não pode ser sempre o natural (ou naturalístico ou típico), porque esse só exigido nos crimes materiais. Crimes formais e de mera conduta não possuem ou não exigem resultado (natural). Consequentemente o resultado exigido pelo artigo 13 só pode ser jurídico. Este sim é que está presente em todos os crimes. Que se entende por resultado jurídico, que se expressa numa lesão ou perigo concreto de lesão. Esse resultado jurídico possui natureza normativa (é um juízo de valor que o juiz deve fazer em cada caso para verificar se o bem jurídico protegido pela norma entrou no raio de ação dos riscos criados pela conduta).

Deste modo, pode-se afirmar que, com base na existência do resultado naturalístico, qual seja, a modificação no mundo exterior, há a possibilidade do delito ser classificado como material, formal ou de mera conduta. Os delitos materiais se destacam, pois no tipo penal é previsto tanto a conduta quanto o resultado do crime, sendo este indispensável para a ocorrência da transgressão; nos formais, há a previsão legal do resultado naturalístico, entretanto, a sua ocorrência mostra-se dispensável, não influenciando, portanto, na consumação do delito; por fim, os chamados delitos de mera conduta, possuem previsão unicamente no elemento conduta, não havendo possibilidade da ocorrência de um resultado naturalístico.

Quanto ao resultado normativo, o delito pode ser subdividido em crime de dano e de perigo abstrato, o qual é de grande relevância para o presente trabalho e será apresentado de forma mais aprofundada posteriormente.

Para melhores esclarecimentos, o nexo de causalidade e a tipicidade são os elementos que completam o Fato Típico, conforme a teoria analítica.

O nexo de causalidade apresenta-se como elo físico, ou seja, uma constatação entre a conduta e resultado naturalístico, os quais também são elementos do fato típico, verificando se há a possibilidade de que aquela tenha dado ou não causa a este. Tal é o posicionamento de Capez (2012).

Por fim, a tipicidade, nas palavras de Mirabete (2014, p. 98):

[...] *tipicidade*, que é a correspondência exata, a adequação perfeita entre o fato natural, concreto e a descrição contida na lei. Como o tipo penal é composto não só de elementos objetivos, mas também de elementos normativos e subjetivos, é indispensável para a existência da tipicidade que não só o fato objetivamente considerado, mas também sua antijuridicidade e os elementos subjetivos se subsumam a ele. Há tipicidade no homicídio se o agente pratica a conduta de “matar alguém” (elementos objetivos), mas só há a violação de segredo profissional se a revelação

ocorrer “sem justa causa” (elemento normativo), e somente haverá *assédio sexual* se o constrangimento for praticado “com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual” (elemento subjetivo). Só existe fato típico quando o fato natural estiver também preenchido pelo subjetivo. (Grifo do autor)

Consequentemente, fica claro que a tipicidade, como item formador do fato típico, apresenta-se como a adequação fática com o texto legal, que, uma vez inexistente, não há como tipificar a conduta realizada pelo agente.

1.1 O PRINCÍPIO DA LESIVIDADE

Como foi apresentado, há uma análise minuciosa por todos os substratos de crime até a incriminação de uma conduta típica, entretanto, concomitantemente à uma análise típica há uma verificação principiológica objetivando efetivar a reprimenda penal. Nesta vertente, o princípio da Lesividade aparece como elemento fundamental na formação do tipo penal. Pragmaticamente, o jurista Greco (2014, p. 94) descreve a funcionalidade do referido princípio: “[...] princípio da Lesividade servirá de norte ao legislador, a fim de que somente aquelas condutas que extrapolem a pessoa do agente e que venham a atingir bens de relevo possam vir a ser proibidas pelo Estado, por intermédio do Direito Penal”

A constatação da lesividade necessária na conduta demonstra a relevância do princípio da ofensividade. Nesta senda, Bitencourt (2009, p. 22) soluciona:

O princípio da ofensividade no Direito Penal, tem a pretensão de que seus efeitos tenham reflexo em dois planos: no primeiro, servir de orientação à atividade legiferante, fornecendo substratos políticos para que o legislador adote, na elaboração do tipo penal, a exigência indeclinável de que a conduta proibida represente ou contenha verdadeiro conteúdo ofensivo a bens jurídicos socialmente relevantes; no segundo plano, servir de critério interpretativo, constrangendo o intérprete legal a encontrar em cada caso concreto indispensável lesividade ao bem jurídico protegido.

Deste modo, salienta-se que, tanto na elaboração do texto, quanto, principalmente, na sua aplicação, onde será exercida a sua efetividade, deve-se observar a real ofensividade de determinada ação, objetivando, assim, a condenação penal. Consequentemente, cabe ao intérprete atentar-se ao campo de atuação verificando todos os substratos que envolvem o crime, de modo a evitar a aplicação legal em circunstância que o bem jurídico tutelado não esteja sendo ameaçado.

Com isso, Borges, Costa e Mendes (*apud* SILVA 2016, p. 219) concluem:

Desta feita, considera-se o princípio da ofensividade observado quando o tipo penal tiver como objetivo proteger bens jurídicos. Certos bens, como a ordem econômica, o meio ambiente, a saúde pública, a fé pública, dentre outros, só poderão ser, em alguns casos, eficazmente tutelados de forma antecipada mediante tipos de perigo abstrato, quer seja pelos resultados catastróficos que uma lesão efetiva traria, quer seja pela irreversibilidade do bem ao estado anterior, quer seja por não se poder mensurar o perigo imposto em certas circunstâncias ou ainda a inviabilidade de estabelecer uma relação entre as múltiplas ações e um determinado resultado danoso nos moldes do processo penal.

No mais, cabe ressaltar que o intérprete não pode apontar como presumida a culpabilidade nos crimes considerados de perigo abstrato, devendo o magistrado averiguá-la no caso concreto. Para se afirmar se houve ou não culpa na ação delituosa deve-se analisar a conduta, juntamente com dolo ou culpa, a antijuridicidade, constatando a ausência de perigo nos casos de “arbítrio do legislador”, e, por fim, a apuração da culpabilidade, no qual se aponta o grau de reprovabilidade da conduta praticada. Consequentemente, a análise da culpabilidade nas normas de perigo abstrato não deve ser genérica, mas sim caso a caso.

1.2 DELITOS DE MERA CONDUTA

Conforme apontado supra, há crimes que dependem de resultado naturalístico para ocorrer, outros que dispensam este resultado e, por fim, crimes que sequer possuem essa previsão. Estes últimos são doutrinariamente conhecidos como delitos de mera conduta, pautando-se na inexistência de modificação no mundo exterior.

É importante apontar que, embora nem todos os crimes possuam resultados naturalísticos previstos, todos os delitos, sem exceção, necessitam da ocorrência do chamado resultado jurídico, ou normativo, anteriormente explanado.

Nesta senda, os juristas Fabbrini e Mirabete (2014, p. 119) prescrevem:

Nos crimes de mera conduta (ou de simples atividade) a lei não exige qualquer resultado naturalístico, contentando-se com a ação ou omissão do agente. Não sendo relevante o resultado material, há uma ofensa (de dano ou de perigo) presumida pela lei diante da prática de uma conduta. Exemplos são a violação de domicílio (art. 150), ato obsceno (art. 233), a omissão de notificação de doença (art. 269), a condescendência criminoso (art. 320) e a maioria das contravenções.

Com isso, os delitos abrangidos por essa classificação doutrinária buscam tipificar condutas relevantes para o Direito Penal, antes que elas se tornem condutas de maior gravidade e relevância jurídica, tal o objetivo do presente trabalho.

Assim o delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, presente no artigo 14 da Lei 10.826 de 2003, popularmente conhecido como Estatuto do Desarmamento, visa evitar que este mero porte de arma se transforme em condutas como o Disparo de arma de fogo (artigo 15 da mesma lei), ou mesmo delitos materiais com resultado naturalístico previsto, como o homicídio simples ou roubo majorado pelo uso de arma de fogo (artigo 121, *caput*, e artigo 157, parágrafo 2º, inciso I, ambos presentes no Código Penal Pátrio).

1.3 NORMAS DE PERIGO ABSTRATO

Pautando-se na existência do resultado naturalístico, há também na doutrina outra classificação. Esta se baseia na existência ou não de dano, surgindo assim uma diferenciação nos crimes de dano e de perigo:

Crime de dano é aquele para cuja consumação é necessária a superveniência da lesão efetiva ao bem jurídico. A ausência pode caracterizar a tentativa ou um indiferente penal, como ocorre com os crimes materiais (homicídio, furto, lesão corporal). Crime de perigo é aquele que se consuma com a simples criação do perigo para o bem jurídico protegido, sem produzir um dano efetivo. Nesses crimes o elemento subjetivo é o dolo de perigo, cuja vontade limita-se à criação da situação de perigo, não querendo o dano, nem mesmo eventualmente (BITENCOURT, 2009, p. 224).

Há ainda uma subdivisão doutrinária nos delitos de perigo, os quais podem se classificar como delito de perigo concreto, o qual pressupõe comprovação, ou seja, é necessário que se demonstre a situação de risco, que expõe o bem jurídico a perigo (BITENCOURT, 2009); já nos delitos apontados como normas de perigo abstrato, diante do fato independe comprovação de risco, restando exclusivamente ao texto legal presumir o perigo advindo da conduta (CUNHA, 2015).

Como ponto fulcral no presente trabalho, os tipos penais presentes no Estatuto do Desarmamento, que será abordado de forma mais detalhada posteriormente, em sua grande maioria correspondem a normas penais de perigo abstrato:

Perigo abstrato ou presumido é aquele cuja existência dispensa a demonstração efetiva de que a vítima ficou exposta a uma situação concreta de risco. Contrapõe-se ao perigo concreto, que exige a comprovação de que pessoa determinada ou pessoas determinadas ficaram sujeitas a um risco real de lesão. Trata-se de situação de real modificação no mundo exterior, perceptível naturalisticamente e consistente na alteração das condições de intangibilidade do bem existentes antes da prática da conduta. O perigo concreto deflui de dada situação objetiva em que o comportamento humano gerou uma possibilidade concreta de destruição do bem jurídico tutelado, até

então não existente (antes da conduta não havia risco de lesão, e depois se constatou o surgimento dessa possibilidade). [...] Não é o que ocorre com os delitos previstos nos arts. 12 a 18 da Lei n. 10.826/2003, cujos tipos penais não mencionam, em momento algum, como elemento necessário à configuração típica, a prova da efetiva exposição de outrem a risco. Basta a realização da conduta, sendo desnecessária a avaliação subsequente sobre a ocorrência, *in casu*, de efetivo perigo à coletividade (CAPEZ, 2014, p. 369).

Diante disso, fica evidente que na aplicação das normas de perigo abstrato é dispensável qualquer comprovação de exposição ao risco. Nestas normas, em razão da complexidade da ação, ou mesmo do objeto do crime, busca-se atingir conduta enquanto ainda se configura de perigo abstrato, antes que ela se torne de perigo e ocasione lesão à bens jurídicos de maior relevância para o estudo penal, como a vida, a integridade física, o patrimônio e a liberdade individual.

Verifica-se que, embora tais delitos se satisfaçam com a conduta criminosa, há sim margem para a aplicação do intérprete, como no *Habeas Corpus* 133.984 de Minas Gerais, julgado na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, de relatoria da Ministra Carmen Lúcia, nos seguintes termos:

EMENTA: HABEAS CORPUS. DELITO DO ART. 16, CAPUT, DA LEI N. 10.826/2003. PACIENTE PORTANDO MUNIÇÃO. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA. 1. A análise dos documentos pelos quais se instrui pedido e dos demais argumentos articulados na inicial demonstra a presença dos requisitos essenciais à incidência do princípio da insignificância e a excepcionalidade do caso a justificar a flexibilização da jurisprudência deste Supremo Tribunal segundo a qual o delito de porte de munição de uso restrito, tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, é crime de mera conduta. 2. **A conduta do Paciente não resultou em dano ou perigo concreto relevante para a sociedade, de modo a lesionar ou colocar em perigo bem jurídico na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade. Não há se subestimar a natureza subsidiária, fragmentária do direito penal, que somente deve ser acionado quando os outros ramos do direito não forem suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos.** 3. Ordem concedida (BRASIL, 2016, s.p.) (Grifo nosso).

Destarte, conquanto a norma dispense comprovação de lesividade – perigo abstrato, há margem para atuação jurisdicional, considerando-se delito penal apenas situações realmente ofensivas aos bens jurídicos tutelados.

Nesse diapasão, as cortes superiores, sistematicamente, vêm flexibilizando a aplicação de sanção nas normas de perigo abstrato, consoante a jurisprudência retrocitada. Diante disso, para se configurar crime, em tese, ter-se-ia que comprovar a lesividade do ato praticado, uma

vez que, sem o risco real a bens jurídicos, não há a necessidade da movimentação do Poder Judiciário.

2 ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Em decorrência do aumento generalizado dos riscos que o processo de evolução social ocasionou, naturalmente o sistema penal buscou alternativas legislativas objetivando, de alguma forma, frear os riscos que assolam a sociedade. Uma dessas alternativas foi tipificar algumas condutas análogas e afins aos delitos que correspondem atualmente à posse e o porte de arma de fogo.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

A primeira tentativa de tipificação ocorreu no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, o qual não foi expressamente revogado e até a presente data possui a previsão:

Art. 19. Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade:

Pena - prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a três contos de réis, ou ambas cumulativamente.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até metade, se o agente já foi condenado, em sentença irrecorrível, por violência contra pessoa.

§ 2º Incorre na pena de prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a um conto de réis, quem, possuindo arma ou munição:

- a) deixa de fazer comunicação ou entrega à autoridade, quando a lei o determina;
- b) permite que alienado menor de 18 anos ou pessoa inexperiente no manejo de arma a tenha consigo;
- c) omite as cautelas necessárias para impedir que dela se apodere facilmente alienado, menor de 18 anos ou pessoa inexperiente em manejá-la (BRASIL, 1941, s.p.).

Este dispositivo legal, demonstra um sistema penal, à época que foi editada a lei, despretenhoso no que se refere às condutas que envolvem arma de fogo, por diversos fatores, principalmente, por não considerar crime, mas sim contravenção penal, na qual se destaca a modalidade de prisão adotada (prisão simples) e o tempo de pena previsto (quinze dias a seis meses, ou multa).

Assim se mostra a visão do jurista Nucci (2014, p. 27):

À época em que portar uma arma de fogo, sem autorização legal, era considerada mera contravenção penal, vislumbrava-se uma situação caótica e havia a crescente *popularização* do emprego de armas. Notava-se que a punição branda constituía um fator de incentivo a quem, embora cidadão honesto, resolvesse carregar ou manter em casa uma arma ilegal. [...] A falsa aparência de segurança, de quem portava arma, várias vezes, terminava em tragédia pelo uso indevido do instrumento vulnerante em brigas de bar e em casas noturnas. Era preciso tomar uma providência no campo

legislativo, o que ocorreu, primeiramente, em 1997, com a edição da Lei 9.437, transformando a contravenção de porte ilegal de arma de fogo em crime.

Posteriormente, buscando uma melhor especialidade legislativa e proteção do bem jurídico tutelado, correspondente a incolumidade pública, editou-se a Lei nº 9437, de 20 de fevereiro de 1997, a qual veio com o condão de instituir o Sistema Nacional de Armas (SINARM), regulamentar as condições necessárias para registro e para o porte de arma de fogo, e tipificar os crimes que envolvem o uso de arma de fogo.

Ao SINARM foi atribuído uma gama de competências, tendo como principais aspectos: a identificação e cadastro das armas de fogo produzidas, importadas e vendidas em âmbito nacional e o cadastro da apreensão de armas de fogo, em especial aquelas vinculadas a procedimentos policiais e judiciais.

No tocante à autorização para porte de arma, condicionou-se à concordância da autoridade competente, restringindo-o aos limites territoriais da federação que o requerente possua domicílio, excepcionalmente autorizando à toda circunscrição territorial do Estado Brasileiro em condições especiais apontadas em regulamento específico.

Na criminalização do uso de arma de fogo, o Poder Legiferante não se preocupou em diferenciar as condutas de posse, porte, fabricação, entre outras, aplicando a todas a mesma sanção penal:

Art. 10. Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pena - detenção de um a dois anos e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - omitir as cautelas necessárias para impedir que menor de dezoito anos ou deficiente mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, exceto para a prática do desporto quando o menor estiver acompanhado do responsável ou instrutor;

II - utilizar arma de brinquedo, simulacro de arma capaz de atemorizar outrem, para o fim de cometer crimes;

III - disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que o fato não constitua crime mais grave.

§ 2º A pena é de reclusão de dois anos a quatro anos e multa, na hipótese deste artigo, sem prejuízo da pena por eventual crime de contrabando ou descaminho, se a arma de fogo ou acessórios forem de uso proibido ou restrito.

§ 3º Nas mesmas penas do parágrafo anterior incorre quem:

I - suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II - modificar as características da arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito;

III - possuir, deter, fabricar ou empregar artefato explosivo e/ou incendiário sem autorização;

IV - possuir condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A pena é aumentada da metade se o crime é praticado por servidor público. (BRASIL, 1997, s.p.)

O que se pode extrair do Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826 de 2003, em especial no supracitado artigo 10, é que o legislador optou por tipificar várias condutas, que ao todo perfaziam 18 (dezoito) núcleos penais, entre as quais estavam: possuir, deter, fabricar, vender, alugar, ocultar, emprestar, transportar, ter em depósito, entre outras, atribuindo a todas estas condutas a mesma sanção penal. De igual modo, em seu parágrafo 1º previu outras condutas relacionadas, como omissão de cautela, utilização de simulacro de arma de fogo para cometimento de crimes, disparo em local habitado ou em suas adjacências, ou em sua direção, possuindo todas as condutas previstas no artigo a mesma reprimenda legal, qual seja, um a dois anos e multa. À título exemplificativo, quem possuísse a arma em casa, possuía o mesmo preceito secundário penal que o sujeito que realizasse o disparo de arma em local público, mostrando assim uma grave ofensa ao princípio penal de proporcionalidade da pena (CAPEZ, 2014).

Em suas disposições finais, a referida lei tratou de especificar que a definição de armas de fogo ficaria a encargo do Presidente da República, proibiu a fabricação, comercialização e importação de brinquedos, réplicas e simulacros, bem como previu a expedição de regulamento da lei pelo Chefe do Poder Executivo.

O regulamento se fez por meio do Decreto presidencial de número 2.222, em 08 de maio de 1997, o qual disciplinou o SINARM, firmou a obrigatoriedade do registro de arma de fogo, seus requisitos, previu a autorização do porte pelos órgãos competentes (Polícia Federal e Polícias Cíveis), entre outras previsões de regulamentação administrativa.

Com base estatística, pode-se afirmar que, mesmo com essa maior preocupação estatal que tratou de aumentar a incidência legislativa incriminando o uso de arma de fogo, houve um aumento significativo no cometimento dos delitos que o envolvem. Essa afirmação demonstra-se, abarcando uma relevância notavelmente maior, partindo da análise dos seguintes dados:

Entre os anos de 1980 e 2010, as mortes causadas por armas de fogo aumentaram 346%, segundo o 'Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por Armas de Fogo'. Nesse período, as vítimas passaram de 8.710, no ano de 1980, para 38.892, em 2010. No mesmo intervalo, a população do país cresceu 60,3%. O levantamento, feito pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, traça um amplo panorama da evolução da violência letal no período. A pesquisa analisou as mortes por armas de fogo decorrentes de agressão intencional de terceiros (homicídios), autoprovocadas intencionalmente (suicídios) ou de intencionalidade desconhecida cuja característica comum foi a morte causada por uma arma de fogo (BRASIL, 2014, p.8).

Posteriormente, editou-se a Lei nº 10.826/2003, como uma nova tentativa legal de diminuição do acesso dos cidadãos à arma de fogo, de proteção à incolumidade pública e resposta estatal aos altos índices de crimes cometidos que envolvem o seu uso, como apontado nos dados estatísticos acima. Tal lei trouxe critérios mais rigorosos tanto em relação ao controle do acesso por parte da população, quanto no que se refere às agências privadas de segurança.

De antemão, cabe pontuar que o referido Estatuto revogou expressamente todo o conteúdo da Lei nº 9.437/1997. Entretanto, nenhuma das leis revogou o delito previsto no artigo 19 da Lei de Contravenções Penais (LCP). Consequentemente, a lei editada em 1997 não possui eficácia alguma no cenário legislativo nacional. Em contrapartida o disposto no artigo 19 da LCP sofreu uma revogação tácita parcial, ou seja, uma derrogação, persistindo assim a tipificação disposta no artigo 19, parágrafo 2º, alínea *c*, da LCP, que trata da omissão de cautela, para impedir que menor de 18 anos ou pessoa inexperiente manuseie arma branca. Este é o entendimento de Capez (2014, p. 280):

Continua parcialmente em vigor a norma contida no art. 19, § 2º, *c*, da Lei das Contravenções Penais, que já havia sido derrogada pela Lei n. 9.437/97. Ela prevê a contravenção de omitir as cautelas necessárias para impedir que alienado, menor de 18 anos ou pessoa inexperiente no manuseio se apodere de arma (de fogo ou branca) que o agente tenha sob sua guarda. A pena, bem mais leve, é a de prisão simples de 15 dias a 3 meses ou multa. Será contravenção quando se tratar de arma branca ou de arremesso, ou quando se tratar de arma de fogo apoderada por pessoa inexperiente em manuseá-la, já que a nova Lei só menciona o menor de 18 anos e o alienado mental.

Sanadas as dúvidas temporais referentes às revogações legislativas desde a tipificação do artigo 19 da LCP, cabe ao presente trabalho analisar de modo mais aprofundado o texto da Lei nº 10.826 de 2003 a qual buscou dispor acerca do registro de armas de fogo e afins, definir os crimes relacionados às estas condutas e regulamentar a atuação do SINARM. É interessante apontar que a referida lei ampliou as atribuições do mencionado órgão. Esta ampliação buscou um cadastro mais efetivo das armas presentes em território nacional, principalmente no registro de produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados, cadastrando, inclusive o cano da arma. Atribuiu-se também à referida instituição informar as Secretarias de Segurança Pública os registros de autorizações de porte de arma e manter o cadastro atualizado para consulta, objetivando uma maior eficácia no controle de armas em produção e circulação no território nacional.

No capítulo referente aos crimes e as penas, na lei editada em 2003 ocorreu uma significativa expansão legislativa, no que tange a quantidade de crimes e a variação de penas.

Do artigo 12 ao 21 apontou-se um grande número de condutas criminosas, com variações nas penas, causas de aumento e diminuição e teve como principais tipificações: a posse irregular, omissão de cautela, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, disparo, posse ou porte ilegal de arma de uso restrito, comércio ilegal e tráfico internacional.

Foi ainda determinado prazo para que as autorizações de arma de fogo já concedidas fossem renovadas, conforme as novas regras, caso contrário, estariam automaticamente expiradas. Concedeu-se ainda a possibilidade de entrega da arma de fogo à Polícia Federal mediante recibo e inclusive indenização, evidenciado, assim, uma tentativa de política do desarmamento e manteve-se a proibição da fabricação e comercialização do simulacro de arma de fogo.

Um ponto de extrema relevância para o cenário jurídico e político nacional, apresentado pela Lei nº 10.826, foi a possibilidade de proibição da comercialização de armas de fogo em todo o território nacional, conforme o seu artigo 35, *caput*. Entretanto, tal proibição foi condicionada à soberania popular, na forma do artigo 14, inciso II, da Constituição Federal de 1988, com sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, por meio de referendo. Frisa-se que a consulta popular foi realizada posterior à edição legislativa, ponto que diferencia este (referendo) do plebiscito.

Ocorre que o referendo foi realizado em 23 de outubro de 2005, e seu resultado foi negativo à proibição da comercialização de armas de fogo. Sendo assim, está permitida a comercialização e, por conseguinte, a posse e o porte de arma de fogo (desde que em consonância com os requisitos exigidos pelo Estatuto). (CAPEZ, 2014, p. 345)

Deste modo, o comércio de armas, munições e acessórios continuou a ser permitido nas condições apresentadas pela Lei nº 10.826 tendo como um dos principais argumentos dos indivíduos que não concordavam com a proibição absoluta que tal vedação poderia inviabilizar o consagrado direito na esfera penal à legítima defesa.

2.2 INCOLUMIDADE PÚBLICA

Conforme o dicionário Michaelis, 1998 o termo incólume se refere a algo “que não sofreu dano; são e salvo; ileso, intacto”. Já Hungria (1958 *apud* GRECO 2015, p. 327) conceitua o termo incolumidade na visão do direito penal:

[...] é o estado de preservação ou segurança em face de possíveis eventos lesivos. Refere-se tanto a pessoas (incolumitas - definia Cícero - est salu tís tu ta atque in tegra conserva tío), quanto a coisas (foi mesmo por extensão que o termo se aplicou também

a pessoas) [...] Em qualquer caso, porém, trata-se de interesse atinente às pessoas, que devem estar resguardadas da possibilidade de dano não só quanto à sua vida ou integridade física, como quanto ao seu patrimônio.

Partindo dessas premissas, pode-se afirmar que o Estatuto do Desarmamento possui o condão de tutelar, principalmente, a incolumidade pública, a qual pode ser conceituada genericamente da seguinte forma:

A incolumidade pública significa evitar o perigo ou risco coletivo, tem relação com a garantia de bem-estar e segurança de pessoas indeterminadas ou de bens diante de situações que possam causar ameaça de danos. O Código Penal trouxe a previsão dos crimes contra a incolumidade pública no intuito de evitar e punir atos que causem perigo comum ou coloquem em risco a segurança pública, a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos e a saúde pública. Os referidos crimes estão descritos nos artigos 260 a 285. São exemplos, os crimes de: incêndio, explosão, desabamento, difusão de doença ou praga, entre outros (TJDF, 2016, s.p.).

Neste viés, pode-se extrair que a proteção à incolumidade pública pressupõe o cometimento de um delito de perigo abstrato, tema que já foi explanado anteriormente no presente trabalho.

Buscando assim uma contextualização entre os dois temas, pode-se apontar que tais delitos de perigo abstrato também podem ser apontados como de perigo presumido, pois independe de comprovação de situação de perigo no caso concreto (GRECO, 2015).

Uma vez que os crimes de perigo abstrato dispensam situação concreta de risco, é possível extrair da leitura dos delitos presentes entre os artigos 12 e 18 do referido estatuto que, no texto legal, não é mencionado como pressuposto fático de tipicidade a comprovação de exposição à perigo. O delito se satisfaz unicamente com a conduta, e esta infere a exposição de perigo a um quantitativo indeterminado de sujeitos.

Nesta vertente, Capez (2014, p. 432), sabiamente demonstra como o bem jurídico da incolumidade pública é tratado no Direito Penal pelo Estatuto do Desarmamento:

“Incolumidade” provém de “incólume”, que significa livre do perigo, são e salvo. Pretende o legislador proteger a vida, a integridade corporal, o patrimônio, ou seja, de modo mais abrangente, a segurança de toda a coletividade. O Brasil ostenta o vergonhoso recorde de ser o país em que há o maior número de mortes provocadas por arma de fogo no mundo. Dentro desse contexto, a mera posse ilegal já é um tético prenúncio de que alguma tragédia está por vir. O intuito foi, portanto, o de impedir que uma conduta ilusoriamente inofensiva pudesse se convolar em efetivo ataque à pessoa humana. Daí a razão de punir as condutas como infrações de perigo. Podemos conceituar perigo como o prognóstico de um mal, isto é, uma situação que projeta um dano futuro. Não exigiu o legislador, para a consumação do crime, a demonstração concreta de que pessoa determinada tenha ficado, efetivamente, exposta a algum risco, optando por punir a mera conduta infracional, independentemente da comprovação da efetiva exposição a risco dessa ou daquela vítima. Por essa razão, tipificou como crime a ação de transportar ilegalmente arma de fogo descarregada de um lugar para outro.

Ao fazê-lo, dispensou a prova de que alguma pessoa especificamente tenha ficado submetida a algum perigo, uma vez que não inseriu tal elemento na descrição típica. Aquele que carrega um artefato sem autorização realiza um comportamento potencialmente danoso, uma vez que tal instrumento, embora ainda não idôneo para matar ou ferir (de acordo com sua destinação originária, que é detonar projéteis), é perfeitamente capaz de intimidar pessoas. O interesse maior tutelado é a vida, a integridade corporal, a saúde, o patrimônio e, de maneira geral e mais abrangente, a segurança da coletividade, isto é, a tranquilidade física e espiritual de um número indeterminado de pessoas. Ora, aquele que, burlando as regras impostas pelo Estado Democrático de Direito, assente em deslocar uma arma de fogo, apta a efetuar disparos, ainda descarregada, mas passível de ser municiada, capaz de ser empregada em assaltos, como eficaz meio intimidatório, ou idônea a efetuar qualquer tipo de constrangimento, mesmo sem contar com projéteis, está diminuindo o nível de segurança e ingressando em um nocivo âmbito de risco à vida e à integridade corporal. É certo que ainda não existe um dano, mas a lei pune, nesse caso, o perigo de dano, a ameaça de dano, tanto que tipificou crimes de perigo.

Deste modo, cabe frisar que, a proteção à incolumidade pública busca garantir a preservação do estado de segurança, integridade corporal, vida, saúde e patrimônio dos indivíduos indeterminados que possam ser expostos à perigo, e os delitos previstos no Capítulo IV da Lei nº 10.826, punem, em regra, condutas que geram perigo à coletividade, de modo genérico, sendo indeterminado o montante de indivíduos afetados.

2.3 TIPOS INCRIMINADORES QUE ENVOLVEM POSSE E PORTE DE ARMA DE FOGO

Como já foi apontado, o objetivo do presente trabalho é aferir a atipicidade do uso de arma de fogo nos tipos penais incriminadores que envolvem posse e porte que estão presentes no Estatuto do Desarmamento.

Tal delimitação se deu em razão da análise da incidência jurisprudencial relacionada ao assunto, que será melhor apresentada posteriormente. Deste modo é viável, buscando um melhor entendimento do trabalho, apresentar de forma mais incisiva os artigos 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento que correspondem respectivamente aos delitos: posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, que pela sua natureza podem ser diretamente afetados pela comprovada ineficácia do objeto.

Para Nucci (2014), objeto material nestes crimes pode ser a arma, o acessório ou a munição. Cabe apontar que é indiferente em todas as tipificações para a ocorrência do crime se foi encontrado com o acusado: arma de fogo, acessório ou munição. De modo mais específico, para os efeitos da lei, arma de fogo é a arma que funciona por intermédio de deflagração de carga explosiva; acessório é todo apetrecho para a arma de fogo no qual a posse é regulada em lei, como por exemplo o silenciador; e munição consiste no artefato explosivo que pode ser

deflagrado pelas armas de fogo, como o cartucho, que permite disparo do projétil de chumbo, ou, de outro turno, no caso de carregamento da arma pelo cano (antecarga), a pólvora, a bucha e o material utilizado como projétil também podem ser considerados munição.

2.3.1 Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Inicialmente, o delito que trata da posse irregular de arma de fogo de uso permitido, teve como objetivo prever apenas as condutas que aferem possuir ou ter sob guarda, conforme disciplina do texto da legislação vigente:

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:
Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa (BRASIL, 2003, s.p.).

O referido artigo, também tratou de especificar a possibilidade de ocorrência do delito quando a arma for encontrada dentro da residência ou do local de trabalho, uma vez que o possuidor seja o titular ou responsável legal pelo estabelecimento comercial.

No mais, frise-se que o registro assegura o direito à posse de arma, sendo assim, a ausência deste registro, por si só, já torna a posse irregular, configurando assim o cometimento do delito, pelo possuidor da arma de fogo.

2.3.2 Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Com o condão de criminalizar o porte de arma de fogo, o artigo 14 do Estatuto do Desarmamento, tipificou todas as condutas que constavam no artigo 10, *caput*, da Lei nº 9.437 de 1997, com exceção da posse que já havia sido tipificada no artigo 12 da nova lei. Tal artigo apresentou o seguinte texto:

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. (BRASIL, 2003, s.p.)

Verifica-se que o legislador apresentou 13 (treze) diferentes núcleos penais não se referindo apenas ao porte do objeto.

Face à pluralidade de núcleos, trata-se de tipo penal misto alternativo, de modo que a realização de um único comportamento previsto no artigo, configura, por si só, o cometimento da conduta criminosa.

Na mesma vertente, caso o agente realize mais de uma das condutas previstas, também resultar-se-á, no cometimento de um único delito. De modo exemplificativo, aquele que adquirir, transportar e fornecer determinada arma de fogo cometerá o delito previsto no artigo 14, mas apenas uma vez, visto que as condutas se apresentaram como fases de sua execução. Entretanto, caso seja ausente o nexa causal entre as condutas, como por exemplo um agente que carrega consigo uma arma e recebe outra, mostra-se inviável a aplicabilidade do princípio da alternatividade, havendo, portanto, dois crimes distintos, aplicando as regras do concurso material ou do crime continuado conforme se aferir no caso concreto.

2.3.3 Posse ou Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Em seu artigo 16 o Estatuto do Desarmamento trouxe um novo tipo penal, que se destinava especialmente às condutas relacionadas às armas de fogo de uso restrito ou proibido, é o que se extrai da redação da aludida norma:

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa (BRASIL, 2003, s.p.)

Mostra-se fundamental destacar que se trata de uma norma penal em branco, dado que as armas de uso restrito estão delimitadas no Decreto nº 3.665/2000, o qual aponta em seu artigo 3º, inciso LXXX, que armas, acessórios e munições de uso restrito e de uso proibido são sinônimos e, por serem de uso restrito, são controladas pelo exército e só podem ser utilizadas pelas forças armadas, ou quando autorizadas pelo exército, por algumas instituições de segurança, pessoas físicas ou pessoas jurídicas habilitadas. Já no artigo 16 do mesmo texto normativo é apresentado um rol taxativo que determina as armas, acessórios e munições de uso restrito.

Convém indicar que o referido artigo prescreveu os mesmos núcleos previstos nos artigos 12 e 14, já destacados no presente trabalho, com uma nova circunstância que, neste caso, é a condição da arma de fogo ser de uso restrito ou proibido.

Face aos 14 (catorze) verbos constantes no artigo 16 do Estatuto do Desarmamento, aplica-se a regra do tipo penal misto alternativo, com ressalvas ao nexo de causalidade que une as condutas.

3 A ATIPICIDADE DO PORTE DE ARMA INIDÔNEA

Com os esclarecimentos apresentados acerca do tipo penal, com suas subdivisões e preceitos, bem como sobre o Estatuto do Desarmamento, cabe ao presente trabalho explicar acerca da problemática apresentada no projeto, qual seja: comprovada a total ineficácia do objeto material nos crimes que envolvem posse e porte de arma de fogo, deve-se considerar a conduta do acusado como fato atípico?

Deste modo, a criminalização do porte e posse, irregular ou ilegal, de arma de fogo, dispostos no Estatuto do Desarmamento deve ser interpretada, visando o estudo da tipicidade, de modo que este, consequentemente, observe e respeite o princípio da ofensividade nos referidos crimes.

Neste viés, alguns elementos jurídico-penais, em especial os substratos do delito apresentados anteriormente, devem ser considerados como critérios interpretativos da norma quando há um conjunto probatório que confirma a total ineficácia de uma arma de fogo nestes crimes positivados no Estatuto do Desarmamento vigente, o que poderia eximir, ou não, o agente de uma condenação penal.

Isto posto, chega-se ao momento chave do presente estudo, cabendo de modo pragmático aferir o seguinte questionamento: uma vez que comprovada, por perito qualificado, a total ineficácia do objeto material nos crimes que envolvem posse e porte de arma de fogo, deve-se considerar a conduta do acusado como fato atípico?

Objetivamente, a resposta se mostra positiva. Entretanto, para que a presente afirmativa alcance um mínimo de insuspeição em âmbito jurídico e científico, há uma necessidade de abordar o assunto com a minúcia adequada.

Nesta vertente, para que se atinja a incolumidade pública, o meio tem que ser apto para, ao menos, colocar em risco o complexo de bens e interesses relativos à vida, à integridade corpórea e a saúde de todos os indivíduos presentes na sociedade. Caso contrário, a arma de fogo, munição ou acessório passa a ser um mero pedaço de metal que, por consequência, não desrespeita o princípio da ofensividade, sendo a conduta irrelevante para o bem tutelado nestes tipos penais.

3.1 DA AUSÊNCIA DE RESULTADO

Uma vez que a arma, munição ou acessório envolvidos no caso concreto são inidôneos, ou seja, incapazes de resultar no disparo ou de auxiliá-lo (no caso de acessório), este fato, como

medida équa, deve ser considerado irrelevante para o Direito Penal, porquanto deve ser aferido com maior especificidade, face a considerável importância que uma condenação penal pode gerar, quando na interpretação legislativa realizada pelo Poder Judiciário.

Como primeira tese a ser levantada, para demonstrar a atipicidade nos delitos anteriormente citados, busca-se averiguar a ocorrência do resultado que é um dos elementos que formam o fato típico, juntamente com a conduta, nexa causal e tipicidade.

Como já foi apontado, a conduta não ocorre e, conseqüentemente, exclui o cometimento do crime em algumas circunstâncias, quais sejam: o caso fortuito ou de força maior; a involuntariedade, na qual se inserem o estado de inconsciência completa e os movimentos reflexos; e a coação física irresistível. A ineficácia do objeto não tem relação com qualquer dessas excludentes, portanto, não se pode falar em ausência de conduta quando a arma de fogo é ineficaz.

Destarte, quanto ao resultado do delito, divide-se em naturalístico, que nem sempre ocorre, e resultado normativo, que é obrigatório em qualquer delito. No caso dos delitos abordados no presente estudo, o resultado normativo pressupõe a lesão ao bem tutelado, qual seja, a incolumidade pública. Nesta vertente Cunha (2015, p.225) explana:

[...] o resultado normativo (ou jurídico) aparece como sendo uma lesão ou o perigo de lesão ao bem jurídico tutelado. Sob essa ótica todo crime (material, formal, ou de mera conduta) possui resultado, ainda que não provoque alteração material exterior, vez que se parte do pressuposto de que o fundamento para a tipificação da conduta é a lesão ou o perigo de lesão ao interesse penalmente tutelado.

Uma vez que a arma de fogo não pode em nenhum momento ocasionar qualquer risco ou gerar perigo a uma coletividade, concerne afirmar a impossibilidade de ocorrência do resultado, elemento essencial na formação do fato típico, e, por conseguinte, de configuração do delito. De igual modo, este entendimento acompanha quaisquer munições ou acessórios, que, em tese, possibilitariam a ocorrência da lesão.

3.2 DA AUSÊNCIA DE TIPICIDADE

Hodiernamente, a teoria aceita para conceituar a tipicidade penal aborda concomitantemente os institutos da tipicidade material e da tipicidade formal. Cunha (2015) define a tipicidade formal, pautada na teoria tradicional, como a total subsunção do fato à norma escrita, deste modo, aquele que furta uma caneta realiza os elementos previstos no artigo 155

do Código Penal, cometendo conduta penalmente relevante. Entretanto, buscando equilibrar a aplicação da reprimenda, a doutrina moderna conectou à tipicidade formal a tipicidade material, onde se realiza um juízo de valor, que abarca a relevância jurídica da lesão ou do perigo de lesão que a conduta materialmente ocasionou. Logo, no exemplo supra, no furto da caneta, embora seja revestido de tipicidade formal, não demonstra lesão relevante para a seara penal, devendo ser o ato juridicamente desconsiderado, uma vez que o Direito Penal tem como princípios de observância obrigatória a intervenção mínima, a insignificância e a ofensividade.

Os delitos previstos nos artigos 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento, preveem em seu texto a posse ou o porte de arma de fogo, acessório ou munição, porém, não especifica o que define os objetos como tais. Por este motivo, os delitos retrocitados são considerados normas penais em branco, que no entendimento de Greco (2012), são aquelas em que há a necessidade de complementar a tipificação, por meio de diploma normativo diverso, para que se possa compreender a norma *in totum* e, conseqüentemente, aplicá-la. Ocorrendo o que Bitencourt denomina como adequação típica mediata (2009).

Como complemento legislativo, não somente às normas referentes aos crimes previstos na Lei nº 10.826 de 2003, o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 apresentou-se também como diploma regulamentador da fiscalização de produtos controlados.

No artigo 3º do texto anexo ao Decreto nº 3.665, apresentou-se as seguintes definições:

Art. 3º Para os efeitos deste Regulamento e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

omissis

II - acessório de arma: artefato que, acoplado a uma arma, possibilita a melhoria do desempenho do atirador, a modificação de um efeito secundário do tiro ou a modificação do aspecto visual da arma;

omissis

XIII - arma de fogo: arma que arremessa projéteis empregando a força expansiva dos gases gerados pela combustão de um propelente confinado em uma câmara que, normalmente, está solidária a um cano que tem a função de propiciar continuidade à combustão do propelente, além de direção e estabilidade ao projétil;

omissis

LXIV - munição: artefato completo, pronto para carregamento e disparo de uma arma, cujo efeito desejado pode ser: destruição, iluminação ou ocultamento do alvo; efeito moral sobre pessoal; exercício; manejo; outros efeitos especiais [...] (Grifo nosso).

De modo sucinto, a arma de fogo corresponde ao objeto que arremessa projéteis por intermédio da combustão de material propulsante presente dentro da capsula de munição. O acessório é o objeto que se agregado à arma, melhora a precisão do atirador, ou apresenta

alguma modificação secundária à arma de fogo. Por fim, a munição corresponde ao artefato que está pronto para carregamento e disparo pela arma de fogo, podendo causar uma série de efeitos, quais sejam: destruição, iluminação, ocultamento de alvo, efeito moral, manejo, exercício, entre outros.

Por conseguinte, pode-se extrair das definições anteriormente apresentadas que, para reconhecer a ocorrência da tipicidade penal, deve-se pressupor que o objeto do delito esteja nos moldes do Decreto nº 3.665 de 2000, e seja, de fato, uma arma de fogo, acessório ou munição, caso contrário, o objeto é irrelevante para a aplicação das leis do Estatuto do Desarmamento, uma vez que não se adequa ao tipo incriminador, tornando o fato ausente de tipicidade formal e material.

Logo, se qualquer indivíduo portar ou possuir uma arma que não tem potencialidade para disparar um projétil, um acessório que não melhora a precisão do atirador ou modifica a arma, ou uma munição deflagrada, popularmente conhecida como “picotada”, ou seja, mesmo inserida em uma arma, não tem potencial para disparo e, como corolário, não atingiria o fim para que foi fabricada.

Diante disso, o objeto portado ou possuído não pode ser considerado arma de fogo, acessório ou munição, pois não se enquadra aos moldes previstos na lei correspondente, não se passando, portanto de mero pedaço de metal, irrelevante para o estudo penal.

3.3 DO CRIME IMPOSSÍVEL

Dentre as teorias descriminantes, a mais recorrente na Doutrina e na Jurisprudência para demonstrar a atipicidade nas situações de ineficácia absoluta do objeto, nos delitos tipificados nos artigos 12, 14 e 16 do Código Penal é o crime impossível. Este instituto está previsto no Código Penal pátrio, em seu artigo 17, o qual aduz: “Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime”.

Aferindo o referido artigo, pode-se extrair que há duas possibilidades de ocorrência do crime impossível, quais sejam a ineficácia absoluta do meio empregado para realizar o delito e a absoluta inidoneidade do objeto.

Nesse diapasão, Bitencourt (2009, p.440) explana acerca dos referidos institutos:

Há portanto, duas espécies diferentes de crime impossível: a) por ineficácia absoluta do meio empregado; b) por absoluta impropriedade do objeto. São hipóteses em que,

se os meios fossem idôneos ou próprios fossem os objetos, haveria, no mínimo, início de execução de um crime. Na primeira hipótese, o meio seja inteiramente ineficaz. Se a ineficácia do meio for relativa, haverá tentativa punível. Os exemplos clássicos, como ineficácia absoluta do meio, são os da tentativa, de homicídio por envenenamento com a aplicação de farinha ao em vez de veneno, ou do agente que aciona o gatilho, mas a arma encontra-se descarregada. Ocorre a segunda hipótese quando o objeto é absolutamente impróprio para a realização do crime visado. Aqui também a inidoneidade tem de ser absoluta. Há crime impossível por exemplo nas manobras abortivas em mulher que não está grávida; no disparo de arma de fogo com *animus necandi* em cadáver (BITENCOURT, 2009, p. 440).

Isto posto, caso seja constatada a inidoneidade absoluta da arma de fogo, nos delitos abordados no estudo, o fato se enquadraria na possibilidade de ineficácia absoluta do meio empregado, uma vez que, não se mostra possível para o agente ofender o bem protegido na descrição tipo. Nesta situação fática, portar ou possuir arma não se faz possível, pois o pedaço de metal cotejado, não se enquadra na potencialidade lesiva que possui uma arma de fogo com regular funcionamento. Logo, para os efeitos da lei, o estado de preservação da segurança de uma coletividade indeterminada, que corresponde ao bem jurídico da incolumidade pública não se encontra violado.

Ligado à conduta do agente, há várias teorias que buscam delimitar o tratamento jurídico para o instituto do crime impossível. Com maior notoriedade na doutrina, se encontram a teoria subjetiva, a teoria objetiva, que se subdivide em pura e temperada ou intermediária, e a teoria sintomática (CUNHA, 2015).

Para a teoria subjetiva, o crime corresponde ao ímpeto consciente do agente em praticar o fato delituoso e, por consequência, nos casos de ineficácia absoluta do meio ou na impropriedade absoluta do objeto, imputa-se preceito secundário referente à tentativa.

Na teoria sintomática, como a própria denominação direciona, busca-se verificar sintomas de *animus* delitivo, deste modo, tem-se como fundamento a periculosidade do agente, legitimando, por si só a punibilidade.

Já a teoria objetiva se faz explanada nos seguintes termos:

[...] Para essa teoria, como não há no crime impossível os elementos objetivos da tentativa e o bem jurídico não corre perigo, não há tentativa e o agente não deve ser punido. O que justifica a punibilidade da tentativa é o perigo objetivo que ela representa para o bem jurídico. E esse perigo só existirá se os meios empregados na tentativa forem adequando à produção do resultado e se o objeto visado apresentar condições necessárias para que o resultado se produza. Assim, não havendo idoneidade nos meios, nem no objeto não se pune essa ação. O crime impossível constitui figura atípica. Essa foi a teoria adotada pelo nosso Código, em boa hora mantida pela reforma de 1984 (BITENCOURT, 2009, p. 441).

É importante afilar a diferença entre a teoria objetiva pura e a teoria temperada. A teoria pura entende como fato atípico a inidoneidade seja ela absoluta ou relativa; no caso da teoria temperada ou intermediária, a punibilidade apenas se faz extinta no caso de impropriedade ou ineficácia absolutas. Identificando uma inidoneidade relativa o fato é punível na modalidade tentada, esta última corresponde à teoria adotada pelo Código Penal vigente.

Nestas vertentes, todas as teorias apresentadas conduzem a um entendimento de atipicidade. Independente do argumento, quer seja em razão da ausência do resultado delitivo, da não adequação do fato à norma, ou mesmo pela ineficácia absoluta do meio, o fato não se mostra passível de punição, em respeito a diversos institutos penais, como os princípios da legalidade, da ofensividade, a ausência de um dos elementos que compõem o conceito analítico de crime quais sejam, resultado e tipicidade, adotado pela legislação vigente, e o crime impossível. Fernando Capez se mostra adepto a esse entendimento, *in verbis*:

[...] Na hipótese de arma absolutamente inapta a efetuar disparos, o fato será atípico, não porque não se logrou comprovar a efetiva exposição de alguém a uma situação concreta de risco, mas porque a conduta jamais poderá levar a integridade corporal de alguém a um risco de lesão. A lei não pode presumir a existência de perigo para a vida, na ação de golpear o peito de um adulto com um palito de fósforo; não pode presumir que a ingestão de substância abortiva é capaz de colocar em risco a vida intrauterina de mulher que não esteja grávida; não pode presumir que a vida já inexistente de um cadáver foi ameaçada por um atirador mal informado; não pode, enfim, presumir que o porte de arma totalmente ineficaz para produzir disparos seja capaz de ameaçar a coletividade. Evidentemente, nesta última hipótese, estaremos diante de um crime impossível pela ineficácia absoluta do objeto material (CP, art. 17). A lei só pode presumir o perigo onde houver, em tese, possibilidade de ele ocorrer. Quando, de antemão, já se verifica que a conduta jamais poderá colocar o interesse tutelado em risco, não há como presumir o perigo. Em suma, não existe crime de perigo quando tal perigo for impossível. Coisa bem diferente é sustentar que uma conduta em tese apta a colocar em risco outras pessoas não seja considerada típica apenas porque não se comprovou a exposição de pessoas determinadas a situação de perigo concreto. Não se desconhece o princípio da ofensividade ou lesividade, segundo o qual todo crime exige resultado jurídico, ou seja, lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico. Ocorre que comportamentos ilícitos, como o de possuir uma arma de fogo municiada dentro de casa ou sair pelas ruas com arma de fogo sem ter autorização para portá-la, ou ainda disparar arma de fogo em plena via pública, por si sós, já induzem à existência de risco à coletividade. Não se pode alegar que tais condutas não diminuam o nível de segurança dos cidadãos apenas porque não se logrou encontrar ninguém por perto quando de sua realização (2014, p. 259-260).

Assim sendo, partindo desse entendimento, levando em conta o princípio da ofensividade, cabe concluir que a lei jamais poderá presumir a existência de perigo, concreto ou abstrato, em situações que se fazem inexistentes qualquer possibilidade de lesão, isto é, quando o delito se

classifica como impossível. Os delitos de porte e posse abordam condutas que de algum modo reduzem o nível de segurança dos indivíduos, cabendo o induzimento de risco à coletividade.

Deste modo, denota-se três teorias doutrinariamente fundamentadas que aduzem ser irrelevante para o Direito Penal o ato de possuir ou portar arma de fogo, acessório ou munição que, comprovadamente, por perito profissional habilitado, ateste ser impossível a produção de disparos.

Essas teorias, determinam acerca da ausência de resultado, na ausência de tipicidade e no reconhecimento do instituto do crime impossível, podendo ser aplicadas, de forma isolada ou em conjunto para fundamentar um decreto absolutório por parte do intérprete da norma. O capítulo seguinte vem com o condão de encerrar o trabalho demonstrando a aplicabilidade das teorias acima suscitadas, bem como dos demais institutos jurídico-penais abordados no trabalho.

4 EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL REFERENTE ÀS NORMAS DE PERIGO ABSTRATO NO QUE TANGE AOS DELITOS PREVISTOS NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Buscando um maior enriquecimento do presente estudo, mostra-se verossímil demonstrar a evolução jurisprudencial relacionada ao tema abordado. Cabe sobrelevar as diversas interpretações que tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça conferiram ao bem jurídico tutelado, bem como na classificação da norma, face a sua abstracidade.

Inicialmente, com uma certa pacificação e massificação do Estatuto do Desarmamento, após a sua edição, no ano de 2003, o Pretório Excelso entendeu pela desnecessidade da perícia para aferir o potencial lesivo da arma de fogo, bem como da arma estar ou não municiada, uma vez que, o bem tutelado supera a proteção individual, visando assegurar a coletividade.

Este entendimento pacificou a discussão acerca da punibilidade de crimes envolvendo a arma de fogo quando desmuniciada, no julgamento do *Habeas Corpus* 96.922-4 do Rio Grande do Sul:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA DE FOGO. ART. 10 DA LEI 9.437/97 E ART. 14 DA LEI 10.826/2003. PERÍCIA PARA A COMPROVAÇÃO DO POTENCIAL LESIVO DA ARMA. DESNECESSIDADE. ORDEM DENEGADA. I - Para a configuração do crime de porte de arma de fogo não importa se a arma está ou não municiada ou, ainda, se apresenta regular funcionamento. II - A norma incriminadora prevista no art. 10 da Lei 9.437/97 não fazia qualquer menção à necessidade de se aferir o potencial lesivo da arma. III - O Estatuto do Desarmamento, em seu art. 14, tipificou criminalmente a simples conduta de portar munição, a qual, isoladamente, ou seja, sem a arma, não possui qualquer potencial ofensivo. IV - A objetividade jurídica dos delitos previstos nas duas Leis transcendem a mera proteção da incolumidade pessoal, para alcançar também a tutela da liberdade individual e de todo o corpo social, asseguradas ambas pelo incremento dos níveis de segurança coletiva que ele propicia. V - Despicienda a ausência ou nulidade do laudo pericial da arma para a aferição da materialidade do delito. VI - Ordem denegada. (STF - HC: 96922 RS, Relator: RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 17/03/2009, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-071 DIVULG 16-04-2009 PUBLIC 17-04-2009 EMENT VOL-02356-05 PP-00950) (BRASIL, 2009, s.p.).

A referida decisão teve como fundamento o entendimento já pacificado na Corte, como por exemplo no julgamento do *Habeas Corpus* 93.188/RS o qual aduziu: “[...] Para a configuração do crime de porte de arma de fogo, não importa se a arma está ou não municiada, ou ainda, se apresenta regular funcionamento”.

Neste viés, na época em que foi proferida a decisão, a saber, ano de 2009 ficou claro a indiferença interpretativa entre as armas que estivessem sem munição e as que fossem comprovadamente consideradas ineficazes, uma vez que o texto legal, na visão do relator, visou tutelar a segurança coletiva.

Posteriormente, um novo entendimento jurisprudencial veio com o âmago de aperfeiçoar uma vertente já adotada pelo tribunal, no qual a arma de fogo, mesmo quando desmuniada, continuou sendo relevante para a tipificação dos delitos que a envolvem, entretanto, passou-se a dar mais importância para a demonstração da eficácia potencial da arma de fogo, condicionando, assim, a adequação do fato ao tipo penal.

Neste aspecto se delineou o entendimento, novamente do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do *Habeas Corpus* 107.447, de relatoria da Ministra Carmen Lúcia, em 10 de maio de 2011:

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. ARTIGO 14 DA LEI 10.823/03. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ARMA DESMUNICIADA. TIPICIDADE DA CONDUTA. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA. 1. O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é de mera conduta e de perigo abstrato, consumando-se independentemente da ocorrência de efetivo prejuízo para a sociedade, sendo que a probabilidade de vir a ocorrer algum dano é presumida pelo tipo penal. Precedente. 2. O objeto jurídico tutelado pelo delito previsto no art. 14 da Lei 10.826/03 não é a incolumidade física, porque o tipo tem uma matiz supraindividual, voltado à proteção da segurança pública e da paz social. Precedente. 3. É irrelevante para a tipificação do art. 14 da Lei 10.826/03 o fato de estar a arma de fogo municiada, bastando a comprovação de que esteja em condições de funcionamento. Precedente. 4. Ordem denegada. (STF - HC: 107447 ES, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 10/05/2011, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-107 DIVULG 03-06-2011 PUBLIC 06-06-2011) (BRASIL, 2011, s.p.).

Nesta nova decisão reforçou-se o entendimento acerca da punibilidade da arma de fogo e da munição, por si só, configurar figura típica. De outro turno, despontou um novo aspecto para fundamentar o referido entendimento já que pautou-se no reconhecimento dos delitos referentes a posse e porte de arma de fogo como normas de perigo abstrato e delitos de mera conduta.

Consequentemente, face ao aspecto abstrato da norma, o crime de perigo vem a se consumir com a exposição ao bem jurídico, independente de produzir dano efetivo. Ou seja, de modo mais específico, por se enquadrar em norma de perigo abstrato, no qual é indiferente a comprovação do risco, uma vez que o texto legal atribui a responsabilidade por presumir o perigo na conduta.

No que se refere ao delito de mera conduta, pacificou-se que os delitos relacionados à posse e ao porte de arma de fogo independem de resultado naturalístico, conferindo a tais crimes apenas a previsibilidade da ocorrência de um resultado normativo, sem alteração no meio externo, sendo a conduta, de per si, ofensiva em seu engendramento.

No ano de 2015, houve nova evolução na interpretação jurisprudencial, mantendo o entendimento acima citado, de que as normas relacionadas ao porte ou a posse de arma de fogo são consideradas de perigo abstrato e classificadas como delitos de mera conduta. Assim sendo, entende-se irrelevante a demonstração de potencial lesivo da arma de para a configuração da conduta e, via de consequência, do delito.

Buscando uma aplicação pragmática ao presente tema, na ocorrência dos delitos abordados no trabalho, normalmente há a apreensão da arma de fogo nos autos, uma vez que se trata do objeto principal do tipo penal.

Por conseguinte, nos termos do Código de Processo Penal, primeiramente em seu artigo 6º, inciso II, aduz: “Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais”. Assim, o texto legal não especifica quais objetos devem ser apreendidos, gerando o entendimento de que tanto os objetos que tem ligação direta (como por exemplo a arma de fogo, no delito de posse ilegal de arma de fogo), quanto os que tem ligação indireta devem ser apreendidos e encaminhados a um perito competente.

Posteriormente, no mesmo diploma legal, o artigo 175, aponta que: “Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência”, logo, mostra-se aceitável presumir que a partir do momento que a arma, acessório ou munição forem apreendidos, serão, também, periciados.

Marcão (2016, p. 339) ressalta a importância da perícia prevista no supracitado artigo para fortalecer e encorpar a ação penal:

Não se trata de periciar todo e qualquer objeto apreendido no local do delito, mas apenas aqueles empregados para sua prática. Isso não quer dizer que os objetos que não foram diretamente usados não interessam para a prova. Tanto interessam que devem ser apreendidos para ficar à disposição. [...] O instrumento referido pode ser uma arma própria (revólver, espingarda etc.), uma arma imprópria (faca ou facão, por exemplo) ou mesmo qualquer outro artefato que tenha sido utilizado para a prática infracional (um pedaço de madeira, uma pedra, um bloco de cimento, por exemplo). O que se busca com isso apurar é se tal ou qual instrumento foi realmente utilizado, daí ser importante constatar eventuais vestígios de sangue ou tecido humano e, sendo caso, se provieram da vítima (tais resquícios são normalmente encontrados no instrumento utilizado: faca, machado etc.); se o objeto tem natureza cortante, perfurante, contundente, perfurocortante, perfurocontundente, dilacerante etc., para

ser possível concluir se as lesões apresentadas pela vítima poderiam ter sido causadas por referido instrumento. Em determinados tipos de crimes (homicídio e lesão corporal, v.g.), a arma de fogo merece particular atenção, pois é preciso provar pericialmente sua eficácia, vale dizer: se estava em condições de efetuar disparo; seu calibre; se tinha vestígios de disparo recente etc. Com efeito, se a arma é ineficaz, sem condições de efetuar disparo, não pode ter sido utilizada para causar a morte de quem foi fatalmente atingido por um projétil de arma de fogo.

Depreende-se disto que cabe verificar algumas peculiaridades porquanto, via de regra, a apreensão da arma de fogo, como por exemplo no crime de roubo qualificado pelo emprego de arma, é dispensável podendo ser suprida por outros meios de prova, como a testemunhal, gravações que comprovem o uso e etc.

Deste modo, nos crimes de posse e porte, habitualmente, a arma de fogo é apreendida no momento da *notitia criminis* que dá ensejo ao início do inquérito policial. Como corolário lógico, pode-se presumir que, na grande maioria das vezes, a arma de fogo será apreendida e, portanto, uma vez que a arma estiver na posse da autoridade policial, nos termos do Código de Processo Penal, é devida a perícia, buscando assim uma aplicação équa da lei penal de modo individualizado ao caso concreto.

De maneira a coligar todos estes entendimentos, em 2015 o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.451.397-MG de relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, tratou de aperfeiçoar ainda mais os fundamentos que já haviam sido pacificados pelo Pretório Excelso, como a classificação como norma de perigo abstrato, delito de mera conduta e manutenção do tratamento direcionado à arma de fogo eficaz desmuniçada:

DIREITO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO INEFICAZ. – Demonstrada por laudo pericial a total ineficácia da arma de fogo e das munições apreendidas, deve ser reconhecida a atipicidade da conduta do agente que detinha a posse do referido artefato e das aludidas munições de uso proibido, sem autorização e em desacordo com a determinação legal/regulamentar. [...] uma arma ineficaz, danificada, quebrada, em contato com munição, não poderá produzir disparos, não passando, portanto, de um mero pedaço de metal. Registre-se que a particularidade da ineficácia da arma (e das munições) não se confunde, à toda evidência, com o caso de arma sem munição. A par disso, verifica-se que, à luz do Direito Penal do fato e da culpa, iluminado pelo princípio da ofensividade, não há afetação do bem jurídico denominado incolumidade pública que, segundo a doutrina, compreende o complexo de bens e interesses relativos à vida, à integridade corpórea e à saúde de todos e de cada um dos indivíduos que compõem a sociedade. [...] Desse modo, conclui-se que arma de fogo pressupõe artefato destinado e capaz de ferir ou matar, de maneira que deve ser reconhecida a atipicidade da conduta de possuir munições deflagradas e percutidas, bem como arma de fogo inapta a disparar, ante a ausência de potencialidade lesiva, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio. (REsp 1.451.397-MG, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 15/9/2015, DJe 1º/10/2015) (BRASIL, 2015, s.p.).

Essa decisão especializa ainda mais a interpretação jurisprudencial. De início, classifica os delitos de porte de arma como risco de lesão presumido. Logo, em razão destas classificações, entendeu-se como desnecessário a demonstração de caráter ofensivo e, sendo assim, na ausência de laudo técnico, pauta-se na presunção de risco que a conduta oferece. Entretanto, nos casos que a arma ou objeto for apreendido, sua perícia será preferencialmente realizada nos moldes da legislação processual penal a fim de apurar a eficácia do meio e consequente enquadramento no tipo penal.

Relevante realçar que o Poder Legiferante tenha atuado, com a edição do Estatuto do Desarmamento, buscando proteger a segurança genérica da coletividade, sem a necessidade de um ataque específico.

O instituto do crime impossível surgiu como melhor forma de aplicar a legislação ao caso concreto de maneira justa. Uma vez que, com a arma inapta para a produção de disparos, e as munições deflagradas, não haveria a possibilidade de violação ao bem jurídico, respeitando assim os princípios da lesividade e da intervenção mínima.

Com as fundamentações alhures, a decisão tratou de afunilar a especificidade da jurisprudência, aplicando, analogicamente entendimento já pacificado no Superior Tribunal de Justiça, em delitos de roubo. Como, por exemplo, no HC 294.148/SP, de relatoria do Ministro Jorge Mussi, julgado em setembro de 2014, no HC 257.856/SP julgado em março de 2014 e no HC 276.175/SP julgado em novembro de 2013, os quais entenderam ser descabida a majorante prevista no artigo 157, parágrafo 2º, inciso I do Código Penal, quando a arma utilizada é comprovadamente inapta para disparo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/2003, é resultado de uma evolução jurídica e social, em decorrência da necessidade apurada de uma melhor regulamentação a respeito de um tema que atinge diretamente o cotidiano do cidadão, com o fito de proteger bem jurídico de toda coletividade, visto que, em um país que os níveis de homicídio e roubos são astronômicos, uma melhor atenção a este delicado assunto se faz muito importante.

Diante do que foi apresentado, verifica-se a necessidade de delimitar os principais elementos que dão forma aos tipos penais previstos nos artigos 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento, flexibilizando-os, quando necessário, a fim de assegurar a aplicação da norma justa apropriada ao caso concreto, consoante demonstra a evolução do entendimento nos Tribunais quanto a atipicidade na comprovação da ineficácia do meio.

O conceito analítico de crime define a conduta como sendo a junção de fato típico, antijurídico e culposos, sendo o substrato fato típico formado por conduta, resultado, nexo causal e tipicidade, de modo que, a ausência de qualquer destes elementos, concluir-se-á na atipicidade da atuação potencialmente delituosa.

No presente trabalho, os tipos penais abordados se delimitaram àqueles descritos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826 de 2003) que versam sobre o porte ou posse de arma de fogo. Nos delitos previstos neste diploma legal, o bem tutelado é a incolumidade pública, que tem o condão de proteger a vida, a integridade corporal, o patrimônio, ou seja, de modo mais abrangente, a segurança de toda a coletividade.

Os artigos 12, 14 e 16 da norma, citados anteriormente, tipificam um grande número de atos comissivos que, de algum modo, possam envolver a utilização indevida de arma de fogo. Tais delitos se classificam como normas de perigo abstrato e delitos de mera conduta

porquanto independem do resultado finalístico, bastando-se a presunção do dano por ocasião do ato, tratando-se, portanto, de norma de caráter preventivo.

Nesta vertente, sábias são as palavras do jurista Nucci (2014, p. 22), as quais aduzem que:

A arma de fogo é instrumento vulnerante, fabricado, particularmente, para ofender a integridade física de alguém, ainda que possa ser com o propósito de defesa contra agressão injusta. De todo modo, para o bem ou para o mal, em função do direito individual fundamental à segurança pública, é preciso que as armas de fogo, tal como se dá no contexto dos tóxicos, sejam rigorosamente controladas pelo Estado. Em especial, quando se trata de um país pobre, ainda constituído de grande parcela da sociedade sem formação cultural adequada, como o Brasil, o espaço para a circulação da arma de fogo deve ser restrito.

No que se refere às normas de perigo abstrato, a legislação dispensa comprovação de que a vítima ficou concretamente exposta a uma situação de risco, o que se contrapõe às normas de perigo concreto, bastando assim a simples realização da conduta.

Já na classificação de delitos de mera conduta, a materialidade se resume à simples subsunção do fato à norma penal, buscando evitar delitos de maior complexidade e relevância jurídica em sua gênese.

Logo, face ao caráter abstrato da norma abordada, bem como pela dispensa de resultado naturalístico previsto para estes crimes, tais delitos independem de comprovação de risco.

Do cotejo desses elementos destacados, bem como, dos conceitos explanados, denota-se três teorias doutrinariamente fundamentadas que aduzem ser irrelevante para o Direito Penal o ato de possuir ou portar arma de fogo, acessório ou munição, que, comprovadamente por perito profissional habilitado, ateste ser impossível a produção de disparos. Essas teorias se determinam acerca da ausência de resultado, da ausência de tipicidade e no reconhecimento do instituto do crime impossível, que podem ser aplicadas de forma isolada ou em conjunto para fundamentar um decreto absolutório por parte do intérprete da norma.

Conclui-se uma evolução na interpretação penal, de modo que, os tipos abordados, embora sejam analisados como normas de perigo abstrato, necessitam de um mínimo risco à coletividade para serem considerados infrações penais. Consequentemente, as três possibilidades de teses descriminalizadoras reforçam o entendimento de que a conduta ineficaz não pode ser considerada típica. Tais teses quando usadas isoladamente já podem eximir o agente de punição, logo, se somadas o isentam de qualquer possibilidade punitiva,

Por conseguinte, a ineficácia da arma, munição ou acessório, não tem o condão de repercutir na esfera protegida pelos tipos penais estudados, razão pela qual, também não serve a atuação preventiva do Estado prevista e ambicionada na norma jurídica consubstanciada pelo Estatuto do Desarmamento. É o que se denota na aplicação prática das teorias anteriormente suscitadas, bem como dos demais institutos jurídico-penais abordados no trabalho, demonstrada na jurisprudência dos tribunais superiores relativamente à aplicabilidade dos institutos relevantes na aplicação de tais normas.

Por fim, pode-se aferir que as normas positivadas são elaboradas conforme a realidade do meio social, entretanto, a própria sociedade modifica os seus valores constantemente, de modo que, a interpretação legislativa deve buscar proteger os institutos e bens jurídicos inicialmente visados, aplicando a norma conforme o caso concreto apenas nas situações realmente relevantes para o estudo penal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, volume I : parte geral**. 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Código penal de 1940**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **Código Criminal do Império**. Disponível em :
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. **Código Penal Republicano**. Disponível em :
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 30 maio 2017.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 02 jul. 2017.

_____. **Leis das Contravenções Penais**. Disponível em :
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. **Lei nº 9437, de 20 de Fevereiro de 1997**. Disponível em :
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9437impressao.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. **Estatuto do Desarmamento**. Disponível em :
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm>. Acesso em: 06 nov. 2016.

_____. **Política nacional do desarmamento**. Documento técnico. Consultor responsável Robson Sávio Reis Souza. 2014. Disponível em :
<<http://www.justica.gov.br/desarmamento/publicacoes/documento-tecnico-politica-nacional-do-desarmamento.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Informativo 570 do STJ**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270570%27>>. Acesso em 08 out. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.451.397 - MG**. Inteiro Teor. Acórdão. Relator Min. Maria Thereza de Assis Moura. DJ, 01 out. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 96.922-4 Rio Grande do Sul**. Inteiro Teor. Acórdão. Relator Min. Ricardo Lewandowski. DJ, 17 mar. 2009.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 107.447 Espírito Santo**. Inteiro Teor. Acórdão. Relator Min. Carmem Lúcia. DJ, 10 maio 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte geral**. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. Parte Geral. 14. ed. Rio de Janeiro. Impetus: 2012.

_____. **Curso de direito penal**. Parte Especial. Volume II. 11.ed. Rio de Janeiro: Impetus: 2015.

_____. **Direito Penal do Equilíbrio**. Uma visão Minimalista do Direito Penal. 7.ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2014.

MARCÃO, Renato. **Código de processo penal comentado**. São Paulo : Saraiva, 2016.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. V.1. São Paulo: Atlas, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 8. ed. rev., atual. e ampl. Vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1994.

OBRAS CONSULTADAS

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico:** explicação das normas da ABNT. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia de pesquisa jurídica:** técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.